



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
PRIMEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

Processo nº 13747.000301/2010-31
Recurso nº Voluntário
Acórdão nº 1402-005.000 – 4^a Câmara / 2^a Turma Ordinária
Sessão de 17 de setembro de 2020
Matéria IRPJ
Recorrente SEPETIBA CARGO LTDA. - EPP
Recorrida FAZENDA PÚBLICA.

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ

Ano-calendário: 2011

EXCLUSÃO. EXISTÊNCIA DE DÉBITOS.

Em obediência ao devido processo legal, o prazo para regularização ou impugnação deve ser contado a partir da ciência do Ato Declaratório Executivo (ADE) que contenha a relação discriminada dos débitos motivadores da exclusão do Simples Nacional.

Não tendo sido regularizada a totalidade dos débitos no prazo de 30 (trinta) dias da ciência do ADE e respectivos débitos motivadores, deve ser mantido o efeito da exclusão do Simples Nacional.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, **por unanimidade de votos**, negar provimento ao recurso voluntário, mantendo a exclusão da recorrente do regime do SIMPLES NACIONAL.

(assinado digitalmente)

Paulo Mateus Ciccone - Presidente.

(assinado digitalmente)

Leonardo Luis Pagano Gonçalves - Relator.

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Marco Rogerio Borges, Leonardo Luis Pagano Gonçalves, Evandro Correa Dias, Junia Roberta Gouveia

Sampaio, Wilson Kazumi Nakayama (suplente convocado), Paula Santos de Abreu, Luciano Bernart, Paulo Mateus Ciccone (Presidente).

Relatório

Trata-se de Recurso Voluntário interposto face v. acórdão proferido pela Delegacia da Receita Federal do Brasil que decidiu manter a exclusão da Recorrente do Simples Nacional devido a débitos sem a exigibilidade suspensa junto a Fazenda Pública do Brasil.

Trata o presente processo do Ato Declaratório Executivo nº 431322, de 2010, à fl. 3, por meio do qual a Recorrente foi excluída de ofício do Simples Nacional, com efeitos a partir de 01/01/2011. (A Recorrente tomou ciência do ADE no dia 25/09/2010).

A exclusão foi motivada pela existência de débitos com a Fazenda Pública Federal, com exigibilidade não suspensa, conforme previsto no inciso V do art. 17 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

Conforme o Ato Declaratório Executivo DRF/NIU nº 431322, fl. 4, os débitos motivadores da exclusão foram:

| Débitos do Simples Nacional | |
|-----------------------------|---------------|
| Período de Apuração | Saldo Devedor |
| 08/2007 | R\$ 34.568,21 |
| 11/2007 | R\$ 61.305,71 |
| 12/2007 | R\$ 32.111,91 |
| 01/2008 | R\$ 28.199,93 |
| 02/2008 | R\$ 29.976,75 |
| 03/2008 | R\$ 7.997,17 |

A Recorrente apresentou manifestação de inconformidade onde alega que pagou alguns débitos no prazo e até a mais do que era devido.

Ato contínuo, a DRJ proferiu v. acórdão mantendo integralmente a exclusão do Simples Nacional, por entender que o valor pago pela Recorrente não era suficiente para quitar todos os indicados no ADE.

Em seguida, registrou a seguinte ementa:

ASSUNTO: SIMPLES NACIONAL

Ano-calendário: 2011

EXCLUSÃO DO SIMPLES NACIONAL POR DÉBITO. PRAZO PARA PAGAMENTO OU PARCELAMENTO.

Mantém-se a exclusão da empresa do Simples Nacional, motivada por débitos com a Fazenda Pública Federal, quando

tais débitos não forem pagos ou parcelados até 30 dias da ciência do Ato Declaratório Executivo que operou a exclusão.

Manifestação de Inconformidade Improcedente

Sem Crédito em Litígio

Inconformada com o v. acórdão, a Recorrente interpôs Recurso Voluntário repisando os mesmos argumentos da impugnação.

Ato contínuo, os autos retornaram para o E. CARF/MF e foram distribuídos para este Conselheiro relatar e votar.

É o relatório.

Voto

Conselheiro Leonardo Luis Pagano Gonçalves - Relator

O Recurso Voluntário é tempestivo e possui os requisitos previstos na legislação, motivo pelo qual deve ser admitido.

A Recorrente alega que pagou os débitos indicados no ADE.

Entretanto, conforme indicado no v. acórdão recorrido, a Recorrente não pagou os débitos dentro do prazo e o montante recolhido por ela não é suficiente para quitar todos os débitos que constam no ADE.

Ou seja, considerando que a ciência do ADE ocorreu em 27/09/2010, a Recorrente teria até 27/10/2010 para regularizar os débitos.

A Recorrente por sua vez, juntou aos autos os comprovantes de pagamento efetuados em 14/09/2007, fl. 6, e 14/11/2007, fl. 7, para tentar comprovar que teria efetuado pagamentos a maior do que devia.

Ocorre que o fato da Recorrente ter pagamentos com saldo disponível (ou a maior), não promove, por si só, a extinção automática de outros débitos em seu nome e não impede a inscrição destes em Dívida Ativa da União.

Além disso, o saldo dos pagamentos disponível não é suficiente para quitar a totalidade do montante em aberto dos débitos indicados no ADE.

Ademais, conforme demonstrado no v. acórdão recorrido, a Recorrente não pagou os débitos dentro do prazo e só veio a parcelá-los em 2014 e muito provavelmente não pagou o parcelamento pois os débitos foram encaminhados para a PGFN.

Em consulta aos débitos de Simples Nacional motivadores da exclusão, constata-se a seguinte situação:

a) 08/2007 – Quitado por pagamento efetuado em 09/10/2007;

b) 11/2007 – Parcelamento requerido em 17/10/2014 e posterior envio à PFN;

c) 12/2007 - Parcelamento requerido em 17/10/2014 e posterior envio à PFN;

d) 01/2008: Parcelamento requerido em 17/10/2014 e posterior envio à PFN;

e) 02/2008: Parcelamento requerido em 17/10/2014 e posterior envio à PFN;

f) 03/2008: Parcelamento requerido em 17/10/2014 e posterior envio à PFN.

A Recorrente, por sua vez, não apresentou nos autos, nem em sede de Recurso Voluntário, provas de que aderiu ao parcelamento e de que está pagando o parcelamento.

Sendo assim, entendo que o v. acórdão recorrido está com a razão devendo ser mantido em seus termos.

Pelo exposto e por tudo que consta processado nos autos, voto por conhecer e negar provimento ao Recurso Voluntário.

(assinado digitalmente)

Leonardo Luis Pagano Gonçalves